

A APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS: COMO OCORRE?

Marcos Antonio da Silva
Professor do DLE/CAMEAM/UERN
marcos.natua@hotmail.com

A linguagem verbal é o meio pelo qual nos constituímos em seres socialmente organizados, e é por meio do convívio social que aprendemos a(s) língua(s), instrumento(s) que possibilita(m) as práticas comunicativas. Esse aprendizado começa desde a infância e dura por toda a vida, ocorrendo de forma espontânea nos primeiros anos de vida, e, também, de forma planejada, quando atingimos certa idade e iniciamos a educação formal nas instituições de ensino. Neste trabalho, tratamos do aprendizado de língua(s). Ao longo deste, abordamos a motivação que possibilitou o surgimento da linguagem verbal; questões referentes à competência linguística e o uso da gramática normativa no ensino de língua(s): produto ou processo; e também o aprendizado institucionalizado. Para isso, buscamos respaldo nos seguintes estudiosos: Bakhtin (2006), Mendonça (2004), Spinassé, (2006), Scarpa (2004). As nossas leituras e reflexões nos mostram que, embora haja muitas teorias que tratam do processo de aprendizagem da linguagem verbal, para que essa ocorra de forma eficiente, o indivíduo precisa estar imerso nas práticas linguísticas da sociedade, e o começo desse processo ocorre no convívio familiar.

Palavras-chave: Linguagem. Língua. Gramática normativa.

A APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS: COMO OCORRE?

A linguagem verbal nos elevou de espécie primitiva a seres socialmente organizados, e, por essa razão, buscar entender como aprendemos as línguas é objeto de estudo há muito tempo. Há várias teorias sobre o assunto e vários métodos de como isso deve ser feito nas instituições de ensino. Mas a questão é: “Estamos fazendo direito?” Mesmo que estejamos, estudar como o aprendizado de línguas ocorre é uma necessidade permanente. Isso porque as formas de interação se diversificam com o passar do tempo. Isso ocorre porque as próprias línguas se modificam para atender as necessidades dos novos contextos sociais onde são usadas. Em função disso, resolvermos compartilhar nossas percepções sobre tal temática. Nossas reflexões estão direcionadas para aqueles que estão iniciando seus estudos sobre o assunto.

1. O que motivou o surgimento da linguagem verbal?

A linguagem verbal é uma invenção humana e se manifesta por meio de línguas, e a diversidade de línguas evidencia a pluralidade étnica da raça humana. Como é do nosso conhecimento, uma invenção surge a partir de alguma motivação. Sendo assim, o que motivou a criação da linguagem humana?

Já na introdução de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, obra publicada em 1929 sob o nome de Volochínov, e mais tarde reconhecida como sendo também de autoria de Bakhtin, fica claro que “a língua é, [...], um fato social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação” (2006, p. 15). Então, o eixo propulsor para o surgimento dessa maravilhosa invenção foi a “necessidade de interação”.

De acordo com as pesquisas, as línguas não surgiram prontas. No caso das línguas naturais, para que fosse possível que a linguagem verbal humana se manifestasse em sons coerentes, foi necessário um longo período de desenvolvimento mental e fisiológico; pois, assim como todos os músculos do nosso corpo, o cérebro e o aparelho fonador precisam ser estimulados para desenvolver seu potencial, e graças aos milhões de anos de estímulos constantes que receberam, falar, hoje, é possível, e esse falar se manifesta por meio das línguas.

2. É necessário conhecer a gramática normativa para ser bom usuário da língua?

As línguas são invenções inapreensíveis, mas o ser humano, na tentativa de entendê-las e ensiná-las, tentou apreendê-las em sua totalidade. Essa forma de apreensão das línguas gerou um instrumento didático para seu ensino e aprendizagem que ficou conhecido como gramática normativa. “A gramática normativa é a mais conhecida pelos leigos, porque é ela que adentra pela escola, veiculada por livros didáticos e pelas conhecidas ‘gramáticas tradicionais’, ensinar gramática costuma ser entendido como ensinar regras para usar bem a língua” (MENDONÇA, 2004, p. 234-235). Sendo assim, de acordo com essa perspectiva, aqueles que não aprendem essas regras, não podem ser considerados bons usuários da língua.

Para a gramática tradicional, a língua é um objeto pronto e acabado, o que faz dela um produto, como se nos tivesse sido dada já pronta para o uso. Só teríamos que seguir o seu “manual” de orientações para sermos bons usuários dessa língua. Nessa perspectiva, a língua é um objeto abstrato ideal. Ideal porque não está sujeita a mudanças. Sendo assim, ela é um sistema sincrônico. Nunca envelhece, está sempre do mesmo jeito. Mas Bakhtin (2006, p. 91) nos alerta para o fato de que “o sistema sincrônico da língua só existe do ponto de vista da consciência subjetiva do locutor de uma dada comunidade linguística num dado momento da história. Objetivamente, esse sistema não existe em nenhum verdadeiro momento da história”, é apenas uma ilusão, criada para fins didáticos.

Outra característica dessa perspectiva é que a língua é vista como homogênea. Por exemplo, a língua de um país como o Brasil (o português brasileiro), nessa perspectiva, é a mesma em todo território nacional; como se tivesse sido aprisionada no tempo e no espaço. O que não corresponde à realidade, pois “a consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como de um sistema de formas normativas” (BAKHTIN, 2006, p. 93). Mesmo porque essa normatividade imposta pela gramática tradicional não é condição essencial para o bom uso da língua. O que realmente interessa é que a língua supra as necessidades comunicativas do usuário. Por isso, “para ele, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto” (BAKHTIN, 2006, p. 93-94). Então, para ser bom usuário da língua não é necessário conhecer as regras prescritas pela gramática normativa, e sim saber extrair o sentido da forma linguística utilizada de acordo com o contexto de interação.

3. Gramática normativa: o processo que se transformou em produto.

A gramática tradicional ou normativa foi uma tentativa de apreender e possibilitar o ensino das línguas de maneira uniforme. Mas essa tentativa ignorou certas características típicas de todas as línguas: a mutabilidade, as variações linguísticas e os idioletos.

Toda sociedade tem várias formas de falar sua língua. A isso chamamos de variações linguísticas. A língua é a mesma, mas, como é fato, percebemos as diferentes maneiras como é falada de uma região para outra em um mesmo país. O mais interessante é que isso não impede a comunicação. No mais, pode até dificultá-la, mas não impedi-la. Além disso, há ainda a forma de falar de cada indivíduo: o idioleto. Cada pessoa tem seu jeito particular de se expressar.

Podemos ver que cada país tem sua identidade linguística, ou seja, sua língua. A isso denominamos de “macro identidade linguística”. Mas essa macro identidade linguística não anula as “micro identidades linguísticas”, ou seja, as variações linguísticas de uma mesma língua, de uma região para outra (ou de um país para outro que fale a mesma língua). Outro aspecto importante com relação às línguas é que elas não ficam estacionadas no tempo. Mas mesmo a língua mudando, a sociedade não perde sua identidade enquanto falante daquela língua. Isso porque essas mudanças não ocorrem de forma brusca. Elas são lentas e quase imperceptíveis em curto prazo. Somente um estudo diacrônico para mostrar um panorama das mudanças ocorridas de um período no tempo para o outro.

Todas as línguas estão em um constante processo de renovação, pois “a língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*” (BAKHTIN, 2006, p.127), e essa evolução da língua ocorre em função das necessidades da sociedade, e essas necessidades existem porque as sociedades mudam com o passar do tempo. Quanto mais complexa uma sociedade se torna, mais necessidades linguísticas ela tem, e como a língua é o seu instrumento de gerenciamento, está sempre passando por um processo de renovação para atender a essas necessidades. Segundo Bakhtin (2006, p.127), a evolução da língua acontece da seguinte forma:

[...] as relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua.

Em outras palavras, à medida que a(s) sociedade(s) fica(m) mais complexa(s), os contextos de interação social aumentam, e a comunicação nesses novos contextos passa a exigir novas formas de falar; em função disso, a língua vai mudando ao longo do tempo.

4. Aprendemos língua(s) nas instituições de ensino?

Mediante a consciência que temos de que a língua está sempre em processo de renovação, podemos dizer que, embora a gramática normativa tenha sido criada para possibilitar, de forma didática, o ensino e aprendizagem de línguas, ninguém aprende uma língua, ou melhor, ninguém aprende a entender, a falar, a ler ou escrever por meio da gramática, seja ela qual for. Para se tornar um usuário competente de uma língua, o indivíduo precisa ser inserido ou se inserir no meio em que ela é utilizada. Isso é um processo longo, de aprendizado constante, que se dá de forma natural através do convívio com as pessoas do meio, através da inserção nas práticas linguísticas, principalmente nos primeiros anos de vida. Mas, nas sociedades letradas, esse aprendizado passa a ser também conduzido por uma instituição de ensino, quando atingimos certa idade (em se tratando da primeira ou segunda língua); ou pode ser iniciado nela, como é o caso do aprendizado de uma língua estrangeira.

Para entendermos melhor tudo isso, julgamos necessário esclarecer a diferença entre os conceitos “primeira língua, segunda língua, e língua estrangeira. Para isso, recorremos a Spinassé (2006, p. 4-5), quando afirma que:

A Língua Materna, ou a Primeira Língua (L1) não é, necessariamente, a língua da mãe, nem a primeira língua que se aprende. Tão pouco trata-se de apenas uma língua. Normalmente é a língua que aprendemos primeiro e em casa, através dos pais, e também é frequentemente a língua da comunidade. Entretanto, muitos outros aspectos linguísticos e não-linguísticos estão ligados à definição. A língua dos pais pode não ser a língua da comunidade, e, ao aprender as duas, o indivíduo passa a ter mais de uma L1 (caso de bilinguismo). Uma criança pode, portanto, adquirir uma língua que não é falada em casa, e ambas valem como L1.

Como podemos constatar, embora seja com os pais nossos prováveis primeiros contatos linguísticos, isso não determina que a língua deles venha a ser nossa primeira língua. A primeira língua de um indivíduo pode não ser necessariamente somente uma, como esclarecido nas palavras de Spinassé (2006). A aquisição da primeira língua tanto está ligada à convivência com os pais, como com os demais falantes da comunidade. Se ambos falam

línguas diferentes, aprendendo ambas as línguas simultaneamente, o indivíduo passa a ser bilíngue em primeira língua.

De forma geral, contudo, a caracterização de uma Língua Materna como tal só se dá se combinarmos vários fatores e todos eles forem levados em consideração: a língua da mãe, a língua do pai, a língua dos outros familiares, a língua da comunidade, a língua adquirida por primeiro, a língua com a qual se estabelece uma relação afetiva, a língua do dia-a-dia, a língua predominante na sociedade, a de melhor status para o indivíduo, a que ele melhor domina, língua com a qual ele se sente mais a vontade... Todos esses são aspectos decisivos para definir uma L1 como tal. (SPINASSÉ, 2006, p. 5)

Mas sendo assim, qual a diferença entre primeira língua e segunda língua? Em nossas leituras, entendemos que a aquisição de uma segunda língua ocorre a partir do momento em que o indivíduo já tem domínio parcial ou total da sua primeira língua. Spinassé (2006, p. 5-6) esclarece dizendo que todas as “[...] línguas adquiridas ainda cedo são denominadas como L1 – mas desde que aquelas desempenhem uma função semelhante à desta”. Por exemplo, se uma criança que já domina sua(s) primeira(s) língua(s) vai para outro país, ela precisa aprender aquela língua para se integrar socialmente àquela comunidade linguística. No entanto, se ela passa muito tempo morando nesse país e passa a dominar a língua desse país como um nativo, tornando-a uma língua diária, imprescindível para sua vivência, e passa a desenvolver características identitárias a partir do uso constante dessa língua, embora tenha havido inicialmente um processo de aquisição de segunda língua, temos agora um caso de língua materna. Ou seja, o *status* de uma língua pode, ocasionalmente, se modificar. Como podemos constatar, essa questão de primeira(s) e segunda língua é complexa. E qual a diferença entre segunda língua e língua estrangeira? Mais uma vez Spinassé (2006, p. 6) nos esclarece:

Do contrário, no processo de aprendizado de uma LE não se estabelece um contato tão grande ou tão intenso com a mesma. A grande diferença é que a LE não serve necessariamente à comunicação e, a partir disso, não é fundamental para a integração, enquanto a SL desempenha um papel até mesmo vital numa sociedade: [...].

Para finalizarmos essa questão, gostaríamos de ressaltar que não existe uma fórmula pronta para fazer a distinção entre Primeira Língua, Segunda Língua e Língua estrangeira. O *status* de uma língua também pode variar com o tempo. É necessário apenas estabelecer outra relação com ela.

Como podemos ver, o aprendizado de primeira e segunda línguas ocorre com o contato direto com seus falantes, e tem como propósito a interação constante. Já uma língua estrangeira não. Seu aprendizado ocorre para atender a necessidades específicas, como, por exemplo, ler.

Com relação ao aprendizado de uma língua estrangeira no Brasil, geralmente esse aprendizado ocorre em uma instituição de ensino. Para aqueles que dispõem de recursos, esse aprendizado se dá em terras estrangeiras, ou seja, a pessoa viaja para um país onde a língua é falada. Mas também é possível aprender uma língua estrangeira com um amigo que a domine, ou estudando sozinho, como é o caso dos autodidatas. Mas essa última possibilidade é mais rara. Mesmo porque entendemos que o uso de uma língua é um ato de interação social. Portanto, é essencial ter contato com quem já domina determinada língua.

Sabemos, então, que nas sociedades letradas, ou seja, onde a educação é institucionalizada, quando a pessoa atinge certa idade, o aprendizado da língua vernácula (e também de segunda língua, no caso dos países que tem uma segunda língua) passa a ser também conduzido por uma instituição de ensino. Esse aprendizado ocorre concomitante ao aprendizado espontâneo, ou seja, aquele que ocorre somente através do convívio com as pessoas do meio. No caso de uma língua estrangeira, esse aprendizado é iniciado em uma instituição de ensino. A questão é que quando o aprendizado de uma língua ou a continuação dele passa a ser realizado em uma instituição de ensino, esse perde muito do seu caráter de espontaneidade. Principalmente no tocante ao aprendizado de língua estrangeira. Isso ocorre porque o processo de ensino e aprendizagem institucionalizado ocorre de forma planejada, em que cada aula tem seu(s) objetivo(s) específico(s) a ser(em) alcançado(s), e para isso é feito todo um planejamento para o direcionamento desse aprendizado. E durante muito tempo o processo de ensino e aprendizagem de língua (institucionalizado) foi pautado na gramática normativa, e como já discutimos, não se aprende uma língua por meio dela, no máximo, aprende-se sobre a língua.

5. O aprendizado de uma língua.

Com já tratamos no tópico anterior, a partir do momento em que nascemos se dá o processo de aprendizado de uma língua. Isso porque “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua (BAKHTIN, 1997, p. 279)”, e o convívio em família é a primeira dessas esferas. Temos nossas primeiras interações linguísticas com os nossos pais, ou com aqueles que estejam

assumindo a função de cuidadores; e esse processo de aprendizado de uma língua dura toda a vida.

Scarpa (2004, p. 225), baseando-se nos pressupostos sociointeracionistas, nos diz que

Desde que nasce, a criança já é inserida num mundo simbólico, em que a fala do outro a interpreta e lhe imprime significado. Por outro lado, segundo alguns trabalhos, com alguns dias de vida, a criança tem uma reação positiva aos sons da fala, que lhe são confortadores e gratificantes. A partir de algumas semanas de vida, a criança já consegue discriminar a fala de outros sons, rítmicos ou não. Com 3, 4 meses de idade, os bebês começam a balbuciar seqüências de sons que se aproximam da fala humana. A frequência do balbucio aumenta e este começa a ser cada vez mais padronizado até cerca de 10 meses. O ritmo, a entonação, a intensidade, a duração da fala, que no início são assistemáticos, começam a ser recorrentes e estruturados. As sílabas começam a se estruturar (discriminação entre V e C) e se repetem (reduplicação).

Então, tendo como parâmetro o interacionismo, o primeiro passo para o aprendizado de qualquer língua é o convívio social, e esse ocorre desde que nascemos.

Nas sociedades com sistema educacional institucionalizado, o aprendizado das línguas nelas utilizadas ocorre de duas maneiras: de forma completamente espontânea e, logo depois, de forma planejada. Esse aprendizado planejado ocorre em instituições de ensino e acontece concomitante ao aprendizado espontâneo; exceto no caso de língua(s) estrangeira(s).

O aprendizado espontâneo ocorre por meio do convívio com as pessoas. Inicia-se nos primeiros anos de vida com os pais ou cuidadores, parentes e pessoas do meio; e ocorre por meio da modalidade oral. A pessoa ouve os sons da língua e é estimulado a repeti-los. Com isso, o aparelho fonador se desenvolve e, com o tempo, a pessoa passa a dominar os fonemas da língua (exceto por alguma patologia que a impeça), possibilitando a articulação das palavras, ou seja, falar, comunicar-se. Nos anos iniciais esse processo de comunicação ainda é muito simples, como nos diz Scarpa (2004), na citação acima.

Embora o aprendizado de uma língua ocorra naturalmente, sem a necessidade de planejamento, nas sociedades letradas, a partir de certa idade, a pessoa passa a ter um aprendizado direcionado, concomitante ao aprendizado espontâneo, no caso de primeira e segunda língua. Esse aprendizado conduzido ocorre nas instituições de ensino: escolas, cursinhos, universidades, etc.; e tem seu caráter de artificialidade porque embora não seja mais embasado totalmente na gramática normativa, como foi outrora, não ocorre de forma totalmente espontânea. Ora, mas talvez o leitor se questione: “Mas a sala de aula não nos proporciona um convívio social, portanto uma interação natural, espontânea?”. Com certeza, sim, mas a interação que ocorre na sala de aula é, até certo ponto, planejada, portanto segue

um roteiro e tem propósitos bem específicos: trabalhar certos aspectos da língua de forma consciente e didática, e isso tira muito do caráter espontâneo que há no aprendizado que ocorre no convívio social não planejado.

Diferentemente do processo natural de aprendizado de uma língua, no processo planejado, a língua é adquirida mediante todo um trabalho que exige, de uma das partes, ou seja, de um (ou mais) dos envolvidos na situação comunicativa, um planejamento prévio. A responsabilidade desse planejamento é de uma pessoa que exerce a função de professor(a). Essa pessoa precisa ter a competência linguística necessária para trabalhá-la. Precisa conhecer a fonologia da língua, seu léxico (o suficiente para exercer seu papel), sua sintaxe, e, principalmente, seus gêneros discursivos mais usados. Para isso, precisa ter passado por uma formação para o exercício da função. A exigência e grau dessa formação variam de acordo com o nível de ensino. No caso das instituições de ensino fundamental e médio, do nosso país, a pessoa que desempenha a função de professor(a) de língua precisa ser graduado em Letras, com habilitação específica: língua portuguesa, inglesa, ou espanhola (ou habilitação dupla, a depender do currículo da universidade que cursou). No caso dos cursos de línguas estrangeiras, nem sempre esse critério é essencial. Há cursos que consideram o fato de o indivíduo já ter morado no exterior o suficiente para que atue como professor de uma determinada língua. É o caso dos cursos de língua inglesa e, atualmente, de língua espanhola no nosso país. Já no ensino superior, a pessoa que desempenha a função de professor(a) de uma determinada língua, precisa, no mínimo, ser especialista. Mas essa exigência mínima só ocorre quando há carência de profissionais mais qualificados no mercado.

O ensino institucionalizado é o responsável pelo aprendizado de duas habilidades imprescindíveis para se viver na sociedade contemporânea: a leitura e a escrita. Sem o domínio dessas habilidades, as pessoas não conseguem ter acesso a práticas linguísticas mais complexas, típicas da escrita.

As línguas, exceto as de sinais, como é o caso da língua brasileira de sinais (LIBRAS), comportam as seguintes modalidades de uso: oral e escrita. No caso da LIBRAS, a modalidade oral é substituída pela modalidade “gestual”, digamos assim. Essa língua surgiu pelo mesmo motivo que as línguas naturais: a necessidade de interação. Nesse caso, ela possibilita a inclusão daqueles indivíduos com deficiência auditiva.

Finalizando, Podemos dizer que a linguagem verbal é a mais importante invenção da espécie humana. Ela nos possibilitou criar uma sociedade organizada, graças à capacidade de interatividade que as línguas nos proporcionam. E, embora tenhamos desenvolvido métodos de ensinar as línguas em circunstâncias artificiais e planejadas, o meio mais eficiente para se

tornar competente linguisticamente em qualquer língua é através do convívio e participação nos vários contextos sociais onde essa falada.

A linguagem verbal tornou o ser humano um ser único na terra; consciente de que, por mais inteligente que seja, seu crescimento só é possível no convívio social, interagindo com os demais da sua espécie.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2006.

MENDONÇA, M. C. Língua e Ensino: políticas de fechamento. In: F. MUSSALIM & A. C. BENTES (Orgs.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINASSÉ, Karen Pupp. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. In: **Revista Contingentia**. Porto Alegre, RS: UFRGS, Vol. 1, novembro 2006; <http://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/viewFile/3837/2144>. Acesso em outubro de 2010.

SCARPA, Ester Mirian. A aquisição da linguagem. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras - Volume 2. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.